

Para economistas, se o Governo parar de gastar, a inflação morre

JOYCE JANE

A inflação se alimenta do déficit público. Se o Governo parar de gastar, ela morre. Essa afirmação do economista Daniel Dantas, da Icatu Participações, sintetiza o pensamento da maioria dos economistas brasileiros, e do próprio Ministro da Fazenda, Bresser Pereira, que já anunciou a necessidade de redução nos gastos do Governo. A previsão para 1987 é que o déficit fique entre seis e oito por cento do Produto Interno Bruto (PIB), o que equivale a CZ\$ 600 bilhões.

A verdade é que não se sabe precisamente de quanto é o rombo do Governo. Teoricamente, esse débito não deveria existir porque o Tesouro somente pode gastar o que arrecada. Mas há muito tempo que o Brasil deixou de colocar em prática essa teoria. Alberto Sozin Furuguen, economista da Macroanálise Consultoria e ex-Diretor do Banco Central, afirma que a máquina administrativa é tão desorganizada que muitas despesas feitas por empresas do Governo nem foram contabilizadas em alguma conta.

O déficit começa quando os impostos, que são a fonte de recursos do Governo, não conseguem mais cobrir os gastos públicos. Para pagar a diferença, o Banco Central pode emitir dinheiro ou vender títulos federais. No primeiro caso, basta rodar a **maquininha** que o dinheiro sai do outro lado. Se a opção for esta, inicialmente não há nenhum custo, mas o resultado é o aumento da inflação porque a economia não cresce na mesma velocidade em que o Governo cria moeda. Por isso, em curto período de tempo, haverá muito mais dinheiro circulando do que mercadorias à venda, o que inflaciona os preços.

Se o Banco Central vende títulos no mercado financeiro, ele retira uma parte dos recursos em circulação e, com eles, paga as suas contas. Nesse caso, o problema é que sai dinheiro do setor produtivo para financiar o Governo, o que diminui o ritmo de crescimento.

Atualmente, o Governo faz as duas coisas: vende títulos e emite moeda. Isso porque existem restrições na venda de papéis, já que o dinheiro destinado aos investimentos é limita-



do e para deslocar recursos de outros setores seria necessário elevar as taxas de juros. Para impedir a explosão das taxas, o Banco Central apela para a emissão de dinheiro.

Nos primeiros dois meses do ano, a base monetária (venda de títulos mais emissão de moeda) diminuiu, mas esse movimento se reverteu em março, com expansão de três por cento, e no fim do mês passado o aumento da base chegou a 10,5 por cento, com mais emissão de dinheiro do que venda de títulos.

Furuguen explicou que o déficit público cresceu tanto que o Banco Central não terá outra opção senão emitir moedas e inflacionar ainda mais a economia. Ele disse que um déficit desse tamanho não tem como ser financiado pelo mercado financeiro, porque significaria a expulsão do setor privado do esquema produtivo, já que são os empresários que investem no mercado e, em última análise, financiam esses papéis.

Por isso, na opinião de Furuguen, o Governo continuará a se utilizar desses dois instrumentos de financiamento, levando a economia a entrar em um processo recessivo (porque concentra dinheiro no mercado financeiro) e inflacionário — devido à grande fabricação de dinheiro.

Daniel Dantas acredita que se a opção for financiar a dívida pela venda de papéis o Governo matará a economia, mas não terá inflação. Nesse caso, as taxas de juros subi-

riam muito além dos níveis atuais, inibindo os investimentos. Ele disse que o Governo poderia também usar os recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND) para abater parte da dívida da União, mas isso implicaria na não realização de investimentos em setores básicos de que o Governo detém o monopólio.

Furuguen e Daniel Dantas concordam que ao invés de discutir formas de financiamento ou tentar medir o tamanho do déficit o Governo deveria tomar medidas rígidas para combatê-lo. Eles acusam o Governo de gastar muito mal, em investimentos

sem retorno, gerando ônus à sociedade sem dar qualidade de serviços em troca.

Furuguen acusa o empreguismo de consumir a maior parte da arrecadação pública. Ele disse que existem sete milhões de funcionários federais e estaduais, devido a favoritismos políticos.

— E preciso cortar as despesas improdutivas. O

desperdício que ocorre dentro do Governo é de fazer qualquer um cair de costas. Mas o problema é que a política brasileira está fundamentada em clientelismos. Se fossem demitidos os funcionários que não trabalham, o déficit do Governo estaria sob controle — disse Furuguen.

Furuguen explicou que não é contra o trabalho público sério. Mas ele informou que só em 1982 o número de funcionários triplicou, sem ter havido, em contrapartida, aumento de serviços prestados à comunidade. Há dois meses, disse, muitos governadores recém-empossados fizeram grande estardalhaço e demitiram cem mil funcionários, o que sequer serviu para o início da solução do problema.

Daniel Dantas comparou a situação do déficit público a um prédio pegando fogo:

— Não adianta medir a temperatura de um prédio incendiando. É preciso começar logo a apagar o incêndio. Por isso, o Governo tem de reduzir seus gastos porque todos sabem que a situação é insustentável.

O Presidente da Icatu Participações vai mais além e afirma que não adianta o Governo tentar medir o tamanho do déficit para depois combatê-lo, porque grande parte dele não será contabilizada. Esclareceu que a dívida do Governo com as obras de infra-estrutura, por exemplo, estão sendo adiadas e que, daqui a pouco, serão necessárias grandes somas para realizá-las, uma vez que a população continua crescendo e os serviços públicos estão estagnados.